



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA – SALA DAS COMISSÕES

CADERNO DE PROVAS

CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. O candidato está recebendo, juntamente com este **caderno de provas**, o **cartão-resposta**, **único e insubstituível**. **Confira o seu nome**.
2. O cartão-resposta apresenta um campo em que o candidato **deve assinar**.
3. Este caderno de provas **contém 100** (cem) **questões**, todas com 5 (cinco) alternativas. Para cada questão existe apenas **UMA** resposta **certa**. O caderno de provas só será trocado se apresentar problema de impressão.
4. O caderno de provas **será devolvido** ao fiscal, juntamente com o **cartão-resposta**.
5. A tarefa do candidato consiste em analisar o conteúdo de cada questão e assinalar a resposta que julgar certa. A **interpretação** das questões, bem como das instruções, faz parte da prova.
6. Preencha o **cartão-resposta** na mesma seqüência das questões do caderno de provas (de n. 1 à de n. 100). A resposta deve ser assinalada conforme instruções contidas no **cartão-resposta**. A **rasura** implicará a **anulação da resposta**.
7. Na página de número **31**, o candidato encontrará uma grade de respostas para anotar o seu gabarito. **Recorte-a e leve-a consigo**.
8. A duração da prova é de 6 (seis) horas. A **saída do candidato** só será permitida após transcorridas 2 (duas) horas do início da mesma. Os **três últimos** candidatos a terminar a prova **deverão retirar-se da sala simultaneamente**.
9. O gabarito será divulgado no dia 22 de setembro, após as 16 (dezesesseis) horas, no **site** do Tribunal de Justiça **www.tj.sc.gov.br** ou na **Sala das Comissões**, 11º andar. **O resultado não será fornecido por telefone**.

FLORIANÓPOLIS, 19 de setembro de 2004.

A COMISSÃO

1. CONHECIMENTOS GERAIS

1.1. MOMENTO CONTEMPORÂNEO UNIVERSAL

1ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

A principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul e um dos maiores sistemas de águas do mundo, consiste na(o):

- a) bacia do Rio Uruguai
- b) bacia do Rio Amazonas
- c) estuário do Rio da Prata
- d) aquífero Guarani
- e) bacia do Rio Paraná

2ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Aos 22 de março de 1992 a ONU instituiu o dia mundial:

- a) da mulher
- b) de combate à AIDS ou SIDA
- c) da água
- d) de proteção ao menor
- e) do idoso

3ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Quais das modalidades esportivas abaixo, praticadas por brasileiros obtiveram melhor retrospecto e desenvolvimento, em todas as olimpíadas, revelados pelo número de medalhas, em favor do Brasil.

- a) Voleibol
- b) Tênis
- c) Futebol
- d) Voleibol de praia
- e) Vela, em quaisquer modalidades

4ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Considerando o sistema de rodízio, adotado para o exercício da presidência da União Européia, a quem compete, atualmente, exercê-la:

- a) à Itália
- b) à Holanda
- c) à Noruega
- d) à Suíça
- e) à Luxemburgo

1.2. ASPECTOS GEOGRÁFICOS DE SANTA CATARINA

5ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Em ordem decrescente, as 5 (cinco) cidades mais populosas de Santa Catarina, conforme censo do IBGE, são as seguintes:

- a) Joinville, Florianópolis, Criciúma, Blumenau e Lages.
- b) Florianópolis, Joinville, Criciúma, São José e Blumenau.
- c) Joinville, Florianópolis, Blumenau, Lages e Criciúma.
- d) Florianópolis, Blumenau, Joinville, Itajaí e Criciúma.
- e) Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José e Criciúma.

6ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) O litoral catarinense possui mais de 500 km de extensão e está subdividido em litoral do sudeste e litoral meridional.
- b) O litoral do sudeste catarinense vai da Barra do Rio Saí, na divisa com o Paraná, até o Cabo de Santa Marta, em Laguna.
- c) O litoral meridional catarinense vai do Cabo de Santa Maria até a Foz do Rio Mampituba, na divisa com o Rio Grande do Sul.
- d) A colonização europeia no sul do país não se deveu às condições climáticas da Europa, mas sim ao fato de o Governo Federal haver incentivado o povoamento para evitar que o vazio demográfico despertasse a cobiça dos países vizinhos.
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

7ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Os 3 (três) Municípios mais antigos de Santa Catarina são os seguintes: São Francisco do Sul, Florianópolis e Laguna.
- b) Projeto de Lei Estadual pretendia transferir a Capital Catarinense para o Município de Curitiba.
- c) Santa Catarina tem 70% (setenta por cento) do mercado nacional de motores elétricos.
- d) Os principais Portos de Santa Catarina são os de São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba.
- e) Enquanto que o Porto de Imbituba exporta principalmente cargas e grãos, o Porto de Itajaí exporta frangos congelados e produtos carboquímicos.

8ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Tratando sobre a atividade fabril de Santa Catarina, conclui-se que existem o pólo têxtil, o pólo metal-mecânico, o pólo cerâmico, o pólo mobiliário e de papel celulose, o pólo mineral, o pólo tecnológico e o pólo calçadista.
- b) O pólo têxtil está situado no vale do Itajaí, enquanto que o pólo cerâmico no sul do Estado.
- c) O pólo metal-mecânico está situado basicamente em Joinville e Jaraguá do Sul, enquanto que o pólo mineral situa-se no Planalto de Lages até Canoinhas.
- d) O pólo tecnológico, baseado em indústrias de informática de alta tecnologia, situa-se em Blumenau, Joinville e Florianópolis, enquanto que o pólo calçadista está situado em São João Batista e Nova Trento.
- e) O pólo moveleiro está situado no Planalto Norte Catarinense.

1.3. ASPECTOS HISTÓRICOS DE SANTA CATARINA

9ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

A capital de Santa Catarina, a partir de 1º de outubro de 1894, passou a ser denominada Florianópolis:

- a) por determinação do Coronel Moreira César, sob a alegação de que era preciso homenagear quem consolidou a República Brasileira, salvando este país da anarquia e da destruição.
- b) por meio de lei aprovada pelo Congresso representativo e sancionada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, Hercílio Pedro da Luz.
- c) por imposição do Marechal Floriano Peixoto, para terminar com os fuzilamentos na Fortaleza de Anhatomirim.
- d) por sugestão do Marechal Manoel de Almeida Gama Lobo D'Eça, o Barão de Batovi, companheiro de armas de Floriano Peixoto na Guerra da Tríplice Aliança.
- e) por ordem do Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Loreno.

10ª Questão: Sobre a História de Florianópolis, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) antes de ser chamada Ilha de Santa Catarina, os índios denominavam-na Meimbipe.
- b) o Distrito do Ribeirão da Ilha preserva, até hoje, as características de suas origens culturais açorianas.
- c) Florianópolis chamou-se, originariamente, Nossa Senhora do Desterro.
- d) o discutido nome Florianópolis foi concebido em homenagem ao Presidente da República Floriano Peixoto.
- e) a conquista do território catarinense limitou-se nos primeiros tempos aos locais até então chamados de aguadas.

11ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

A colonização do litoral catarinense por populações açorianas e madeirenses, a partir de meados do século XVIII, procurava atender vários objetivos, dentre os quais pode-se apontar:

- a) ampliar o contingente de brancos numa área onde o número de escravos negros era muito elevado.
- b) fornecer mão-de-obra abundante e barata para a lavoura cafeeira em processo de expansão.
- c) estimular a mineração de ouro e de prata que era realizada em larga escala.
- d) estabelecer um porto de apoio para eventuais intervenções militares na fronteira sul.
- e) assegurar trabalhadores experimentados para os esforços de industrialização então desenvolvidos.

12ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Santa Catarina é um dos Estados Brasileiros que mais recebeu imigrantes de origem alemã, durante os séculos XIX e XX. Por isso, quando em abril de 1917 o país rompeu relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, no contexto da Primeira Grande Guerra, esse episódio:

- a) em nada afetou as populações existentes em Santa Catarina.
- b) nessa região, deflagrou em várias cidades, uma série de protestos contra os alemães.
- c) elevou a expulsão dos filhos de alemães do território catarinense.
- d) paralisou totalmente o desenvolvimento da indústria existente no Estado.
- e) a cidade de Brusque, pertencente a então Colônia Itajaí-Brusque, teve o auxílio dos colonizadores alemães para construírem a próspera Santa Luíza Azambuja.

1.4. ASPECTOS SÓCIOS ECONÔMICOS DE SANTA CATARINA

13ª Questão: Em relação ao Estado de Santa Catarina é **correto** afirmar:

- I. O atual Governador do Estado nasceu em Blumenau, foi professor de história geral e é formado em direito pela Universidade Federal do Estado de Santa Catarina.
 - II. Santa Catarina tem como Senadores: Jorge K. Bornhausen (PFL), Leonel A. Pavan (PSDB) e Ideli Salvati (PT). Esta última foi a primeira mulher nascida neste Estado a ser eleita para o Senado Federal.
 - III. Florianópolis, Joinville e Blumenau são as únicas cidades catarinenses a terem dois turnos nas eleições para Prefeito Municipal.
 - IV. Frei Rogério, município do planalto serrano, é uma das maiores colônias japonesas do sul do Brasil, e é tido como o maior produtor nacional de pêra.
 - V. Santa Catarina é o único Estado brasileiro cuja Capital não tem o maior eleitorado. O município de Joinville, localizado no norte do Estado, é o que tem o maior eleitorado, demonstrando a sua força política.
- a) Apenas as proposições I, II, III e V estão corretas.
 - b) Apenas as proposições II, IV e V estão corretas.
 - c) Apenas as proposições I, IV e V estão corretas.
 - d) Apenas as proposições I, III e V estão corretas.
 - e) Apenas as proposições III e V estão corretas.

14ª Questão: Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**.

- I. A mais antiga festa popular e gastronômica realizada em Santa Catarina é a *Oktorbefest* realizada no município de Itapiranga, no extremo-oeste.
 - II. O Corpo de Bombeiros Militar possui unidades nas principais cidades do Estado, assim como o Corpo de Bombeiros Voluntários, de larga tradição, a começar pelo mais antigo – o de Joinville, com um século de atividades.
 - III. A maior densidade demográfica (n.º de habitantes/área) é a de Florianópolis 281,98 (Microrregião de Florianópolis) e a menor está na Microrregião do Tabuleiro – 9,88.
 - IV. São Joaquim é considerada a capital nacional da maçã e Blumenau o maior pólo têxtil do Brasil.
 - V. No primeiro semestre do ano de 2004, o fenômeno natural denominado de “Catarina” trouxe enorme destruição para a região norte e nordeste do Estado de Santa Catarina.
- a) Apenas as proposições I, II e III estão corretas.
 - b) Apenas as proposições I, II, III e IV estão corretas.
 - c) Apenas as proposições IV e V estão corretas.
 - d) Apenas as proposições II e III estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

15ª Questão: Sobre a economia catarinense é **correto** afirmar:

- I. O Eixo Florestal compreende a produção de madeiras, mobiliário, papel, celulose, papelão em embalagens, estende-se pelo planalto catarinense e avança pelo Vale do Rio do Peixe.
 - II. O norte do estado produz a maior quantidade de banana, contribuindo para colocar o Estado de Santa Catarina como terceiro maior produtor nacional.
 - III. A apicultura em Santa Catarina é significativa. A produção de mel coloca o Estado como um dos principais produtores do Brasil, abastecendo o mercado local e nacional.
 - IV. Destaca-se no estado o turismo religioso, que ocorre em Nova Trento (Santuário Santa Paulina), Angelina e Brusque (Azambuja). O Santuário de Azambuja é o mais antigo do Estado, foi construído por imigrantes italianos, devotos da Nossa Senhora de Caravaggio, a partir de 1884. Em Nova Veneza também há a Festa de Nossa Senhora do Caravaggio, que é um dos mais importantes eventos do calendário local.
 - V. Os principais produtores de erva-mate estão na região norte, mais precisamente em Canoinhas, Itaiópolis, Ireneópolis e Major Vieira.
- a) Somente as proposições I, II, IV e V estão corretas.
 - b) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições II, III, IV e V estão corretas.
 - d) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

16ª Questão: Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:

- I. Santa Catarina foi o Estado pioneiro a usar meios eletrônicos no processo eleitoral. O primeiro município da América a usar oficialmente meios eletrônicos em eleição municipal foi Xaxim.
 - II. A SC GÁS – Cia. de Gás de Santa Catarina – é a empresa pública responsável pela distribuição de gás natural canalizado em todo o território barriga-verde.
 - III. Santa Catarina é o maior produtor nacional de ostras e mexilhões.
 - IV. Santa Catarina é considerado o maior produtor nacional de suínos, maçã e cebola.
 - V. Fraiburgo, com colonização de alemães e italianos, é considerada a Capital Nacional do Pêssego, responsável por 45% da produção nacional e 60% da produção estadual.
- a) Somente as proposições III e IV estão corretas.
 - b) Somente as proposições I, III, e IV estão corretas.
 - c) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
 - d) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - e) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.

1.5. ASPECTOS LITERÁRIOS DE SANTA CATARINA

17ª Questão: impossível não conhecer a importância de Urda Alice Klueger, que é blumenauense, no romance literário catarinense. Luiz Carlos Amorim, por exemplo, definiu-a como “moça loura, brejeira e loura como outras nascidas em Blumenau, mas com uma grande diferença: ela escreve”. É autora de várias obras. Das indicações abaixo, consta(m) uma(s) não sua(s). Qual é?

- a) “Verde Vale” e “Cruzeiros do Sul”
- b) “Crônicas de Natal” e “Histórias da Minha Avó”
- c) “No tempo das tangerinas”
- d) “Meu Morro Azul”
- e) “Entre condores e lhamas”

18ª Questão: Ao que consta da melhor história, as Academias de Letras, como instituições de cultivo à língua e à literatura, têm início em 1635, quando foi criada a Academia Francesa de Letras, por iniciativa do Cardeal Richelieu. O termo Academia, que persiste até para indicar centro de especialização de estudos literários e lingüísticos, já se originou na Grécia de Platão, no século IV A.C. No Brasil, foi organizada, 1897, a Academia Brasileira de Letras, em torno de Machado de Assis. Em Santa Catarina, a idéia da fundação da Sociedade de Letras, que evolui para a Academia Catarinense de Letras foi dos então jovens Othon d’Eça e Altino Flores. Pois bem! Sobre a Academia Catarinense de Letras, é **INCORRETA** a alternativa abaixo:

- tem como patronos Crispim Mira, João da Cruz e Souza, Luiz Delfino dos Santos, dentre outros.
- por injunções, até hoje tidas por políticas, foi excluído o membro Josué Porto da Cantuária, em 1964.
- tem como membros atuais Moacir Pereira, Urda Alice Klueger, Silveira Lenzi, Napoleão Xavier do Amarante, dentre outros.
- a Academia Catarinense é composta por 40 (quarenta) membros.
- segundo Celestino Sachet, Altino Flores, o crítico da Geração da Academia, não chegou a entender a “modernidade” de Cruz e Souza ao ver nela, apenas, “um grito de um pobre integrante de uma raça inferior”

19ª Questão: Ninguém pode desconhecer a importância de Lindolfo Bell para a poesia brasileira das últimas décadas. E ela não só se reveste do monumental movimento “Catequese Poética” e nem da idéia de estampar camisetas com versos. Nasceu em Timbó (SC), e possui, no mínimo, 18 (dezoito) obras publicadas em inúmeros idiomas. Sobre ele **não está correto dizer que:**

- “Menor que meu sonho não posso ser”, é frase de sua autoria.
- é autor de “O Código das águas”
- é autor da obra “Trancos e Solavancos na Poesia”, que teve destaque na Argentina (Jornal “ El Clarin”)
- é falecido. Instalou a Galeria Açú-Açú, em Blumenau.
- é autor de “As Annamárias”.

20ª Questão: A região espanhola da Andaluzia já havia encantado Federico Garcia Lorca. Mas cá entre nós, catarinenses, também houve quem lá encontrasse, sobretudo em Granada, Córdoba e Sevilha, motivos poéticos para um livro. Trata-se de Péricles Prade. Este livro é:

- “Ciranda Andaluz”
- “Andaluzia, Amor, Paixão e Reencontro”
- “Granada, Sublime Granada”
- “Viagem Poética à Espanha”
- “A Espanha e o Fascismo, à luz de Franco”

2. PROVA DE DIREITO

2.1. DIREITO CONSTITUCIONAL

21ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Poder constituinte originário é soberano, inicial, ilimitado e incondicionado.
- b) A limitação circunstancial ao poder de reforma constitucional inibe que a Constituição Federal seja alterada diante da ocorrência de determinados eventos, como a decretação de intervenção federal, de estado de defesa ou estado de sítio.
- c) Normas constitucionais de eficácia limitada são aquelas que possuem aplicabilidade direta e imediata, com possibilidade, todavia, de terem o seu alcance reduzido por obra do legislador ordinário.
- d) Normas materialmente constitucionais são aquelas que integram a estrutura fundamental do Estado, incluídas ou não no texto constitucional.
- e) Poder derivado está sujeito a limitações quando exerce a função de regulamentar o texto constitucional.

22ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto a análise e aplicabilidade das normas constitucionais.

- a) Normas de eficácia absoluta são aquelas que possuem efeito imediato e não estão relacionadas como cláusulas pétreas.
- b) Normas de eficácia plena são aquelas que possuem efeito imediato, mas podem vir a ser emendadas.
- c) Normas de eficácia relativa são restringíveis, logo, podem ter seu alcance diminuído pela legislação reguladora.
- d) Normas de eficácia relativa complementável são aquelas que para terem eficácia dependem de edição de lei.
- e) Normas programáticas são aquelas que apresentam propósitos do constituinte, dirigidos, basicamente, ao Poder Legislativo. São mais que comandos. Segundo a doutrina – são comandos valores.

23ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais:

- a) têm aplicação imediata.
- b) têm aplicação retroativa.
- c) têm aplicação programática.
- d) serão reguladas em lei complementar.
- e) são todas de eficácia contida.

24ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

O objetivo da política urbana é:

- a) solucionar o problema de moradias insuficientes.
- b) resolver as questões econômicas e sociais.
- c) ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem estar de seus habitantes.
- d) diminuir a criminalidade urbana e evitar invasões em imóveis públicos e particulares.
- e) todas as respostas anteriores estão corretas.

25ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

A função social da propriedade na Constituição Federal permite:

- a) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, resgatáveis no prazo de vinte anos e cuja utilização será definida em lei.
- b) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, observado o devido processo legal, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
- c) a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural, que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na própria Constituição.
- d) no caso de eminente perigo público, que a autoridade competente, mediante autorização judicial, use a propriedade particular, assegurado ao proprietário indenização ulterior.
- e) a desapropriação de imóvel rural, inclusive suas benfeitorias úteis e necessárias por interesse social, para fins de reforma agrária, mediante justa e prévia indenização em títulos da dívida agrária de valor real preservado, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão.

26ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

A política agrícola deve observar principalmente:

- a) o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- b) o cooperativismo.
- c) a extensão rural e a assistência técnica.
- d) a irrigação e a eletrificação rural.
- e) todas as respostas anteriores estão corretas.

27ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Uma Constituição Estadual estabelece que:

- I.** A Assembléia Legislativa julgará as próprias contas e as dos Poderes Executivo e Judiciário.
- II.** Os servidores de órgãos públicos estaduais, que tenham sido investidos por meio de concurso público e que estejam no exercício do cargo há pelo menos três anos, são considerados estáveis para todos os efeitos legais.
- III.** O Governador, durante o seu mandato, somente poderá ser processado por crimes a ele atribuídos, mediante licença da Assembléia Legislativa.
- IV.** O Tribunal de Justiça tem competência para processar e julgar ação declaratória de constitucionalidade.
- V.** O Tribunal de Contas do Estado pode anular contratos administrativos celebrados pela Administração Pública estadual, desde que a decisão seja precedida de oportunidade de ampla defesa aos eventuais afetados pela medida.

Indaga-se, na conformidade com a Constituição Federal:

- a) somente as proposições I e II estão corretas.
- b) somente as proposições I e V estão corretas.
- c) apenas a proposição III está correta.
- d) todas as proposições estão corretas.
- e) todas as proposições estão incorretas.

28ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) Tanto a lei ordinária estadual, como a Constituição estadual podem criar municípios.
- b) A lei que cria municípios está sujeita ao veto do Governador do Estado.
- c) Dois Estados-membros podem se fundir por força de ambas as unidades federadas preverem em lei a fusão.
- d) Lei Federal não pode interferir no processo de criação, fusão ou desmembramento de municípios.
- e) A União pode autorizar, mediante convênios com os Estados e Municípios, que estes legislem sobre questões específicas das matérias compreendidas no âmbito de competência legislativa privativa da União.

29ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- I. A lei anterior à Constituição, que com ela não se compatibilizar materialmente, é considerada revogada.
 - II. Somente o Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade, pode resolver controvérsia sobre a continuidade da vigência, no atual regime constitucional, de lei ordinária anterior à Constituição de 1988.
 - III. Os Tribunais dos Estados-membros podem efetuar o controle abstrato de leis estaduais e municipais em face da Constituição Federal, por meio de representação de inconstitucionalidade.
 - IV. A declaração de inconstitucionalidade de uma lei pelo Supremo Tribunal Federal, numa ação direta de inconstitucionalidade somente produzirá efeito contra todos depois de suspensa a execução da lei pelo Senado Federal.
 - V. O Advogado-Geral da União tem legitimidade para, em nome do Presidente da República, propor ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.
- a) Somente as proposições I e II estão corretas.
 - b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - c) Somente a proposição I está correta.
 - d) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
 - e) Nenhuma das proposições está correta.

30ª Questão: Nos casos de matéria de competência legislativa concorrente entre Estados-membros e a União é **correto** afirmar-se que:

- a) havendo conflito entre a legislação estadual e a federal deve prevalecer aquela, no âmbito do Estado-membro, dado o princípio da competência residual dos Estados.
- b) os Estados somente podem legislar para suprir as omissões da legislação federal.
- c) em se tratando de competência concorrente, a falta de normas gerais editadas pela União dá margem a que cada Estado exerça competência legislativa plena sobre a matéria, para atender as suas peculiaridades.
- d) em se tratando de competência concorrente, não havendo legislação estadual sobre a matéria, cabe à União suprir a omissão, tanto em aspecto de normas gerais como específicas.
- e) configura hipótese de competência legislativa concorrente o caso da delegação, pelos Estados-membros, da sua competência legislativa privativa para a União, com reserva de iguais poderes.

2.2. DIREITO CIVIL

31ª Questão: Aponte a alternativa **correta** sobre a Lei de Introdução ao Código Civil:

- I. Lei é uma regra geral que, emanando de autoridade competente, é imposta coativamente à obediência de todos.
 - II. O tema central da LICC é a própria lei.
 - III. As normas cogentes podem ser alteradas por convenção.
 - IV. As regras dispositivas não podem ser alteradas por convenção entre as partes.
 - V. A lei terá aplicação geral e imediata e poderá afetar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
- a) Somente I e II estão corretas.
 - b) Somente I, II e III estão corretas.
 - c) Somente I, II e IV estão corretas.
 - d) Somente III, IV e V estão corretas.
 - e) Todas as alternativas estão incorretas.

32ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) Os direitos de personalidade, no tocante à natureza jurídica, são exclusivamente intransmissíveis e irrenunciáveis.
- b) Interpretando-se exclusivamente a lei, a disposição do próprio corpo em vida é vedada, salvo exigência médica.
- c) As cirurgias transexuais são proibidas pelo Conselho Federal de Medicina.
- d) A quantificação dos danos morais da Lei de Imprensa foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988.
- e) O prenome é imutável para a lei e para a jurisprudência.

33ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) Três princípios básicos continuam sendo o alicerce da Teoria Contratual: Princípio da Autonomia da Vontade, Princípio da Relatividade das Convenções e Princípio da Força Vinculante do Contrato.
- b) O Código de Defesa do Consumidor, reconhecendo o Princípio da Força Vinculante do Contrato, nega a possibilidade de o juiz, a pedido da parte, modificar cláusulas contratuais através de ação revisional.
- c) O vigente Código Civil admite a resolução contratual por onerosidade excessiva.
- d) Mesmo que o contrato preliminar não tenha as condições de validade do definitivo, o juiz condenará o devedor a emitir declaração de vontade que outorgue caráter definitivo ao contrato preliminar.
- e) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

34ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) A *exceptio non adimpleti contractus* objetiva fazer com que o devedor pague seu débito e seu campo de ação pressupõe somente convenções sinalagmáticas, com prestações recíprocas e simultâneas.
- b) Sendo a venda a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
- c) Ocorrendo inadimplemento por culpa de um dos contratantes, o outro só possui a faculdade de pedir judicialmente a resolução do contrato.
- d) A cláusula resolutiva expressa depende de interpelação judicial.
- e) Estão corretas as alternativas “c” e “d”.

35ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) Obrigação *propter rem* é aquela em que o devedor, por ser titular de um direito sobre uma coisa, fica sujeito a determinada prestação que não derivou de manifestação expressa ou tácita de sua vontade.
- b) O proprietário tem o direito de exigir que seu confinante colabore na demarcação entre os seus prédios, repartindo-se entre ambos as despesas. Trata-se de obrigação *propter rem*.
- c) O proprietário é obrigado a concorrer para a construção e conservação dos tapumes divisórios. Trata-se de obrigação *propter rem*.
- d) O condômino é obrigado, na proporção de sua parte, a concorrer para as despesas de conservação ou divisão da coisa e a suportar os ônus a que estiver sujeita. Trata-se de obrigação *propter rem*.
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

36ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) A proteção possessória, consistente em meios de defesa de situações de fato, que aparentam ser exteriorização do domínio, é assegurada exclusivamente pelas ações possessórias.
- b) No juízo petitório, os litigantes alegando posse, podem ver asseguradas liminares de enorme eficácia.
- c) Imissão da posse, nunciação de obra nova e embargos de terceiro senhor e possuidor são ações de controvertida natureza possessória.
- d) Somente os atos contratuais solenes estão sujeitos a registro no Cartório Imobiliário.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

37ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- I. O atual Código Civil confere direito real de habitação ao cônjuge sobrevivente, desde que tenha ocorrido regime de separação de bens.
 - II. O direito real de habitação é conferido ao cônjuge sobrevivente, mesmo que este venha a casar-se novamente ou venha a constituir união estável.
 - III. O testador, mesmo que tenha descendente, ascendente ou cônjuge, pode livremente dispor, por testamento, de seus bens.
 - IV. Herança jacente é aquela em que não há herdeiro certo e determinado, quando não se sabe da existência dele ou quando a herança é repudiada.
 - V. A petição de herança, ainda que exercida por 1 (um) só dos herdeiros não poderá compreender todos os bens hereditários.
- a) Somente I, II e III estão corretas.
 - b) Somente II e IV estão corretas.
 - c) Somente II, III e IV estão corretas.
 - d) Somente II, II e V estão corretas.
 - e) Todas as alternativas estão corretas.

38ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Herdeiro é aquele que sucede na totalidade ou numa cota do patrimônio do falecido.
- b) Legatário é aquele que sucede em bens ou valores determinados.
- c) A sucessão se processa a título universal quando o herdeiro é chamado a suceder na totalidade dos bens do *de cuius*, enquanto que na sucessão a título singular o testador se dispõe a transferir ao beneficiário um bem determinado.
- d) Não há distinção jurídica entre herdeiro e legatário.
- e) As alternativas “a” e “b” estão corretas.

39ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- I. O regime de bens é irrevogável objetivando defender os interesses de terceiros e evitar que a influência exercida por um dos cônjuges sobre o outro possa contrariar os interesses deste.
 - II. Pelo Código Civil vigente, o regime de bens pode ser revogável mediante os seguintes requisitos: pedido motivado de ambos os cônjuges; procedência das razões invocadas; autorização judicial e ressalva dos direitos de outrem.
 - III. A obrigação alimentar é transmissível *causa mortis*, independentemente se decorre de parentesco, casamento ou união estável.
 - IV. O atraso no pagamento das prestações alimentícias, não importa em ônus sucumbenciais no processo executório.
 - V. A emancipação não é caso de extinção do poder familiar.
- a) Somente II e III estão corretas.
 - b) Somente I, II e III estão corretas.
 - c) Somente II, IV e V estão corretas.
 - d) Somente III e IV estão corretas.
 - e) Nenhuma das alternativas está correta;

40ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- I. Os impedimentos matrimoniais são absolutamente dirimentes, relativamente dirimentes e proibitivos ou impedientes.
 - II. A sentença de interdição dispensa registro no Cartório das Pessoas Naturais.
 - III. A sentença de interdição é declaratório e produz efeitos jurídicos desde logo.
 - IV. Quanto à sua amplitude, é total a interdição do pródigo através de sentença.
 - V. Os bens doados ou herdados com cláusula de incomunicabilidade e os sub-rogados em seu lugar, no regime da comunhão universal de bens, não estão excluídos da comunhão.
- a) Somente I e III estão corretas.
 - b) Somente I, III e IV estão corretas.
 - c) Somente I, II e III estão corretas.
 - d) Somente II e V estão corretas.
 - e) Todas as alternativas estão corretas.

2.3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

41ª Questão: Assinale a alternativa **correta**, relativamente ao princípio da eventualidade acolhido pelo Código de Processo Civil:

- I. Ao vedar a mudança no pedido ou na causa de pedir após a citação (art. 264).
 - II. A extinção do processo sem julgamento do mérito quando o autor desistir da ação (art. 267, VIII).
 - III. A alegação pelo réu, na contestação, de toda a matéria de defesa (art. 300).
 - IV. A determinação às partes de que argúam, por meio de exceção, a incompetência relativa, o impedimento e a suspeição (art. 304).
 - V. Ao não deixar às partes, até a sentença, ou até um momento próximo da sentença, a apresentação de alegações e a indicação e produção de provas.
- a) Todas as proposições estão corretas.
 - b) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, II, III e V estão corretas.
 - d) Nenhuma das proposições estão corretas.
 - e) Somente a proposição V está correta.

42ª Questão: Analise as alternativas abaixo e indique a letra que contém **exceção** à impenhorabilidade do bem do devedor, de acordo com a lei.

- a) As provisões de alimentos e de combustível, necessárias à manutenção do devedor e de sua família por 1 (um) mês.
- b) O anel nupcial, os retratos de família e o seguro de vida.
- c) Direitos do executado concedidos pela Justiça do Trabalho em reclamação trabalhista.
- d) Elevador em edifício de condomínio e táxi único de motorista profissional.
- e) O imóvel residencial do devedor de pensão alimentícia e do fiador por obrigação decorrente de contrato de locação.

43ª Questão: Sobre as ações possessórias, analise as alternativas abaixo e assinale a **correta**.

- a) As ações possessórias de manutenção de posse, de reintegração de posse e de imissão de posse foram contempladas pelo CPC de 1973.
- b) Nas ações possessórias são protegidos os direitos de posse, isto é, o de exercer de fato as faculdades sobre a coisa, e o direito à posse – isto é, o direito de ser possuidor.
- c) Pelo caráter dúplice das ações possessórias é possível a cumulação de demandas, desde que sejam juridicamente compatíveis entre si, o juízo tenha competência para conhecê-las e o tipo de procedimento seja adequado para todas elas.
- d) O interdido proibitório, por ter caráter suspensivo, é cabível quando o possuidor sofre ameaças de esbulho ou de turbação em sua posse.
- e) Pelo princípio da fungibilidade, ao juiz será facultado conhecer e decidir, em matéria de ações possessórias, de pedido diverso daquele formulado pelo autor na inicial.

44ª Questão: Das assertivas abaixo, a respeito da natureza jurídica das sentenças nas ações citadas, assinale a alternativa **correta**.

- I. Divisória: poderá ser declaratória, se somente extinguir a indivisão, além de ter a natureza jurídica de título executivo judicial.
 - II. Divisória: constitutiva, se reconhecer a pretensão do autor de dividir a coisa.
 - III. Demarcatória: poderá ser declaratória se somente reconhecer aviventados os rumos apagados ou renovados os marcos destruídos ou arruinados.
 - IV. Demarcatória: tem natureza jurídica constitutiva a sentença homologatória da demarcação.
 - V. Demarcatória: declaratória se atender à pretensão do autor de desfazimento da confusão de limites entre prédios vizinhos.
- a) Todas as proposições estão corretas.
 - b) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
 - c) Apenas a proposição III está correta.
 - d) Apenas as proposições III e V estão corretas
 - e) Todas as proposições estão incorretas.

45ª Questão: Analise as alternativas abaixo e aponte a **correta**.

- a) Considera-se atentatório à dignidade da justiça o ato do devedor que esconde do juízo a localização dos bens sujeitos à execução.
- b) A citação do réu, na liquidação por artigos e na liquidação por arbitramento deverá ser pessoal.
- c) Verificando o juiz que a petição inicial está incompleta, ou não se acha acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, indeferirá o pleito *in limine* por ausência do requisito da liquidez.
- d) O arresto tem lugar quando o devedor, com domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado.
- e) Quando a interdição for requerida pelo órgão do Ministério Público, dispensa-se a nomeação de curador ao interditando.

46ª Questão: Sobre as condições da ação e os pressupostos processuais, é **correto** afirmar-se:

- I. Legitimidade para a causa (*legitimatío ad causam*) é a qualidade nem sempre detida por todo aquele que tem interesse processual.
 - II. Todo titular de determinado direito material, mesmo não podendo dele dispor, tem legitimidade para o processo.
 - III. Nem todo legitimado para a causa poderá propor ou contestar ação.
 - IV. Capacidade postulatória é a habilitação do advogado para atuar profissionalmente em juízo, qualidade detida pelo graduado em Direito.
 - V. Legitimidade para o processo é a qualidade que deve ter aquele que pretende participar diretamente em processo judicial, como autor, como réu ou como terceiro juridicamente interessado.
- a) Apenas as proposições II, III e V estão corretas.
 - b) Apenas as proposições I e III estão corretas.
 - c) Apenas as proposições I, IV e V estão corretas.
 - d) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão erradas.

47ª Questão: Sobre os embargos do devedor, é **correto** afirmar-se:

- I. Na execução fundada em título judicial, dentre outras, os embargos só poderão versar sobre qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação com execução aparelhada, transação ou prescrição, desde que antecedentes à sentença.
 - II. Pode ser também argüido nos embargos a inexigibilidade do título judicial fundado em lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
 - III. Nas execuções fiscais os embargos deverão ser opostos no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da intimação da penhora.
 - IV. Os embargos serão sempre recebidos no efeito suspensivo.
 - V. A apelação da sentença que julgar improcedentes os embargos á execução, em regra, será recebida no efeito devolutivo e suspensivo.
- a) Apenas as proposições II e IV estão corretas.
 - b) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
 - c) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas.
 - d) Apenas as proposições II, III, IV e V estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

48ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) A ação de nunciação de obra nova compete ao proprietário ou possuidor, a fim de impedir que a conclusão de obra em imóvel vizinho lhe prejudique o prédio, suas servidões ou fins a que é destinado.
- b) O possuidor direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse, poderá impetrar ao juiz que o segure da turbação ou do esbulho perpetrado, mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária, caso transgrida o preceito.
- c) Quem, não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial, em casos de penhora, depósito, arresto, seqüestro, alienação judicial, arrecadação, arrolamento, inventário, partilha, poderá requerer-lhe sejam mantidos ou restituídos por meio de embargos à execução.
- d) Nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária o juiz não está obrigado a observar o critério da legalidade estrita.
- e) O possuidor direto, cuja posse da coisa tenha sido esbulhada, turbada ou ameaçada, é o único legitimado para propor ações possessórias.

49ª Questão: Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**.

- I. Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação do réu, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito, sob pena de excluí-lo da lide.
- II. Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo na qualidade de oponente.
- III. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente quando ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.
- IV. O juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes necessários, dentro do prazo que assinar, sob pena de promovê-la de ofício às custas daquele.
- V. Feita a denunciação pelo autor, o denunciado, comparecendo, assumirá a posição de litisconsorte do denunciante e não poderá aditar a petição inicial, procedendo-lhe em seguida à citação do réu.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II, III e V estão corretas.
- c) Somente a proposição III está correta.
- d) Nenhuma das proposições está correta.
- e) Todas as proposições estão corretas.

50ª Questão: Sobre o regramento processual a respeito dos recursos **pode ser afirmado:**

- I. O agravante, no prazo de 3 (três) dias, requererá juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso. O não cumprimento dessa providência autoriza à segunda instância, de ofício, a não conhecer do recurso.
- II. Não se conhecerá do agravo retido se a parte requerer isso apenas nas contra-razões ao recurso da sentença que lhe favoreceu.
- III. É possível a interposição oral de agravo de instrumento de decisões interlocutórias proferidas em audiência.
- IV. Rejeitada a preliminar, ou se com ela for compatível a apreciação do mérito, seguir-se-ão a discussão e julgamento da matéria principal, também pronunciando-se sobre esta os julgadores que ficaram vencidos na preliminar.
- V. Cabem embargos infringentes do acórdão não unânime que julgar improcedente ação rescisória.

- a) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III, IV e V estão corretas.
- d) Somente as proposições II e III estão corretas.
- e) Todas as proposições corretas.

2.4. DIREITO PENAL

51ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) No delito de roubo com grave ameaça, tendo o agente restituído voluntariamente a coisa antes do recebimento da denúncia, a pena será reduzida de um a dois terços.
- b) A tentativa quando por ineficiência absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, redundará na terceira fase da dosimetria da pena na diminuição desta até dois terços.
- c) No erro sobre elementos do tipo podemos dizer que não responde pelo crime o terceiro que determina o erro.
- d) Impõe-se ao acionado o ônus de provar os fatos extintivos, impeditivos e modificativos que interferem na relação jurídico-penal.
- e) Erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, poderá redundar na diminuição da pena de até metade.

52ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) Prazo de decadência do crime de adultério é de 3 (três) meses.
- b) No momento da dosimetria da pena, o exame de substituição da reprimenda corpórea por restritiva de direitos, precede o *sursis*.
- c) A reabilitação poderá ser requerida decorridos 3 (três) anos do dia em que foi extinta a pena, de qualquer modo ou terminar sua execução.
- d) Se o rapto é para fim de casamento, a pena é diminuída de um sexto.
- e) Difamar o Presidente da República constitui delito contra a segurança nacional independente da existência de motivação política.

53ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Crime de roubo próprio admite a tentativa.
- b) A majorante do furto noturno se aplica à subtração com rompimento de obstáculo.
- c) Apropriação indébita diferencia-se do estelionato, porque na primeira o dolo é subsequente à posse e no segundo é antecedente.
- d) Apropriação indébita previdenciária não possibilita a suspensão condicional do processo consoante prevê o artigo 89 da Lei n.º 9.099/95.
- e) A imperícia não se confunde com erro profissional.

54ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) Para que seja considerado inimputável basta que o agente seja portador de “doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado”.
- b) A embriaguez pode implicar na isenção de pena do agente.
- c) No direito penal brasileiro o auxílio sem prévio ajuste e levado a efeito posteriormente a prática do crime, não configura co-autoria.
- d) Para ser caracterizada a co-autoria no crime culposos, basta a previsibilidade do resultado.
- e) A circunstância objetiva, relacionada à qualificadora da conduta do executor do homicídio se comunica ao mandante do crime.

55ª Questão: Assinale a expressão que **não** configura o crime de injúria:

- a) hipócrita
- b) ladrão
- c) indivíduo de profissão ignorada
- d) devedor relapso
- e) profissional medíocre

56ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) No delito de maus tratos seguido de morte sendo a vítima menor de 14 (catorze) anos o regime de cumprimento de pena será o integralmente fechado.
- b) Agente plurireincidente deverá ter fixado na sentença condenatória o regime inicial semi-aberto para cumprimento da pena do crime de desacato.
- c) Prazo em que o agente esteve sob sursis não se computa para fins de detração.
- d) Caso sobrevenha a conversão de pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, face ao descumprimento injustificado da restrição imposta, no cálculo da pena privativa de liberdade à executar será reduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.
- e) Quando não for possível, pelas condições materiais da comarca, a execução da pena de limitação de fim de semana, o juiz deverá proceder à concessão do *sursis*.

57ª Questão: Em relação ao perdão judicial indique a alternativa **INCORRETA**:

- a) é incabível nos crimes de lesões dolosas.
- b) é uníssona a jurisprudência pátria no sentido de que havendo concurso formal de infrações, o perdão não pode ser aplicado somente em parte, mas para o todo.
- c) é faculdade do juiz.
- d) súmula do STJ enuncia que a sentença concessiva do perdão judicial é declaratória de extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.
- e) não há impedimento legal a que seja aplicado mais de uma vez.

58ª Questão: Em relação as qualificadoras de homicídio assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) há compatibilidade entre reconhecimento do motivo torpe e o estado de semi-imputabilidade do agente.
- b) motivo fútil não se confunde com motivo injusto.
- c) a vingança é sempre torpe.
- d) é inaceitável que o motivo fútil e o motivo torpe coexistam para um único crime.
- e) a qualificadora da surpresa é incompatível com o dolo eventual.

59ª Questão: Quanto ao delito de manter casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) é admissível a tentativa.
- b) proprietário de imóvel alugado a prostitutas não comete o crime.
- c) é crime permanente.
- d) é crime de ação pública incondicionada.
- e) para verificação da habitualidade é discutível a exigência de prévia sindicância.

60ª Questão: Quanto ao delito de lesões corporais assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) dano à saúde mental configura lesão corporal.
- b) hiperemia é lesão corporal.
- c) equimose é lesão corporal.
- d) eritematoses não são lesões corporais.
- e) torcicolo traumático é lesão corporal.

2.5. DIREITO PROCESSUAL PENAL

61ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

O testemunho de uma criança deve:

- a) ser considerado imprestável.
- b) não deve sequer ser inquirida.
- c) o depoimento, embora recebido com reserva, pode ser considerado pelo julgador, se contar com outros elementos de comprovação, que completem as suas informações.
- d) se for inquirida, deve prestar o compromisso legal.
- e) via de regra, o depoimento, por si só, pode embasar um decreto condenatório.

62ª Questão: Ao ser expedida carta precatória para inquirição de testemunha, **podemos afirmar:**

- a) pode ser realizado o julgamento mesmo sem a devolução da precatória, exaurido o prazo para seu cumprimento.
- b) deve suspender a instrução criminal.
- c) deve ser expedida sem prazo e sem intimação das partes.
- d) o juiz julgará o acusado, mesmo quando não for devolvida a precatória expedida, sem fixação de prazo para seu cumprimento.
- e) nenhuma das alternativas está correta.

63ª Questão: Nos crimes da competência do juiz singular, que regem o procedimento comum ordinário, observar-se-á, na instrução, o seguinte:

- a) inquiridas sete testemunhas de acusação e seis de defesa, o juiz designará audiência de instrução e julgamento.
- b) inquiridas as testemunhas de acusação e de defesa, em número de seis para cada um, o juiz proferirá despacho sanador, designando audiência de instrução e julgamento (art. 538 do CPP).
- c) inquirida oito testemunhas da defesa e, após, oito da acusação, findo o prazo para diligências, as partes oferecem alegações finais no prazo de cinco dias.
- d) inquiridas as testemunhas de acusação e de defesa, findo o prazo para diligências, o promotor e o defensor apresentam alegações finais, sucessivamente, no prazo de três dias.
- e) nenhuma das alternativas está correta.

64ª Questão: Arquivado o inquérito policial por despacho do juiz, a requerimento do promotor, poderá ser desarquivado na seguinte hipótese:

- a) a pedido do defensor, mesmo que surjam novas provas.
- b) com o surgimento de novas provas, a pedido do ministério público.
- c) por determinação da autoridade policial.
- d) somente a pedido do Procurador Geral de Justiça.
- e) nenhuma das alternativas está correta.

65ª Questão: No crime de uso de documento falso, o foro competente é o do lugar:

- a) onde o documento é usado.
- b) onde o réu reside.
- c) onde ocorre a falsificação.
- d) onde optar a vítima.
- e) todas as alternativas estão corretas.

66ª Questão: Tratando-se de ação pública incondicionada, sendo o Ministério Público titular exclusivo da referida ação, poderá:

- a) pedir o arquivamento da ação logo após o interrogatório do réu, quando este nega a autoria do fato delituoso.
- b) desistir da ação a qualquer momento, desde que chegue à conclusão da inocência do réu.
- c) desistir da ação quando as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa não forem localizadas.
- d) desistir, sobrevindo a morte do réu.
- e) não pode desistir, devendo o processo terminar por uma sentença.

67ª Questão: Tratando-se de ação pública condicionada à representação, pode ser adotada a seguinte providência:

- a) o promotor de justiça tem legitimidade para oferecer denúncia, independentemente da instauração do inquérito policial e da representação do interessado ao tomar conhecimento do fato.
- b) a autoridade policial, tomando conhecimento do fato, pode determinar, *ex officio*, a instauração de inquérito.
- c) ao tomar conhecimento do fato pelo interessado, a autoridade policial pode determinar o arquivamento da representação, ao entendimento da inexistência do delito.
- d) o inquérito policial deve ser arquivado por decisão do promotor de justiça.
- e) nenhuma das alternativas está correta.

68ª Questão: A perempção é causa extintiva da punibilidade e ocorre nos seguintes casos:

- a) quando, sendo o querelado pessoa jurídica, esta se extingui sem deixar sucessor.
- b) quando iniciada a ação, o ofendido deixar de movimentar o processo durante seis meses.
- c) quando o ofendido deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
- d) quando, falecendo o querelado, ou sobrevindo sua incapacidade, dentro de sessenta dias, não houver prosseguimento do processo por parte dos seus representantes.
- e) quando o direito de representação não for exercido dentro de seis meses a contar do dia em que o representante teve notícia do crime e do seu autor.

69ª Questão: Durante o julgamento em processos de competência do Tribunal do Júri, será permitido, sem o conhecimento da acusação ou da defesa, os seguintes atos:

- a) leitura de jornais ou quaisquer escritos, cujo conteúdo versar sobre matéria de fato constante do processo.
- b) leitura de peças extraídas de outros processos.
- c) exibição de objetos, em plenário.
- d) leitura do laudo de reconstituição do crime, apensado aos autos principais.
- e) inquirição de testemunha em plenário, residente em outra comarca.

70ª Questão: Durante o julgamento em processo de competência do Tribunal do Júri, em debate acalorado, o promotor e o advogado partem para as vias de fato, ocorrendo grande tumulto em plenário, com a intervenção, inclusive, dos jurados, que conversam entre si, para evitar o confronto entre os contendores, o Juiz Presidente deve adotar a seguinte providência:

- a) suspender o julgamento por quinze minutos e designar nova data de julgamento para o dia útil subsequente.
- b) efetuar a prisão do defensor.
- c) dar continuidade normal aos trabalhos, pedindo calma.
- d) nomear imediatamente defensor “ad doc”.
- e) dissolver o Conselho de Sentença.

2.6. LEI DE EXECUÇÃO PENAL

71ª Questão: Sabe-se que o atestado de pena a cumprir pelo condenado deve ser emitido anualmente, sob pena de responsabilidade da autoridade competente. Indique a autoridade competente:

- a) o juiz da execução penal.
- b) o promotor de justiça da execução penal.
- c) o escrivão da execução penal.
- d) o advogado do preso.
- e) o diretor do estabelecimento prisional, onde o sentenciado estiver cumprindo pena.

72ª Questão: Sobre as medidas de segurança indique a alternativa **correta**.

- a) Não é possível converter medida de segurança em pena.
- b) É possível converter medida de segurança restritiva em detentiva.
- c) É garantida ao paciente a liberdade de contratar médico de confiança pessoal, a fim de orientar o tratamento psiquiátrico.
- d) A extinção da medida de segurança ocorre após o prazo de 1 (um) ano da desinternação condicional.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

73ª Questão: Sabe-se que o condenado pode requerer ao juiz da execução penal a unificação das penas aplicadas em vários processos (art. 75, *caput*, do CP), consistente no reconhecimento de que o tempo, na hipótese, unificadas em 100 (cem) anos de reclusão, não deva ultrapassar trinta anos de efetivo cumprimento, em sendo assim, o cálculo para a obtenção dos benefícios previstos na Lei de Execução Penal deve ser feito sobre:

- a) trinta anos unificados, quando se tratar de pedido de progressão de regime.
- b) trinta anos unificados, quando se tratar de pedido de livramento condicional.
- c) cem anos, em qualquer pedido.
- d) o sentenciado perde o direito à obtenção de qualquer benefício.
- e) trinta anos, em qualquer pedido.

2.7. DIREITO DO CONSUMIDOR

74ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Nos contratos de consumo celebrados no estabelecimento comercial o consumidor pode exercer o direito de arrependimento no prazo de:

- a) 7 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 30 dias.
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

75ª Questão: É **INCORRETO** afirmar quanto aos contratos de consumo:

- a) as suas cláusulas devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.
- b) as cláusulas que impliquem atenuação de responsabilidade são anuláveis.
- c) a garantia contratual é complementar à legal e deve ser conferida mediante termo escrito.
- d) é totalmente vedado ao fornecedor impor ao consumidor representante para concluir ou realizar negócio no interesse daquele.
- e) nos contratos de compra e venda com pagamento parcelado, é proibida a cláusula que estabeleça a perda total das prestações pagas em benefício do credor em caso de inadimplemento do consumidor.

76ª Questão: No que se refere à qualidade que os produtos ou serviços devem ter quanto a saúde e segurança dos consumidores, assinale a alternativa que contém os deveres a cargo do fornecedor:

- a) diligência e informação.
- b) durabilidade e desempenho.
- c) diligência e durabilidade.
- d) responsabilização e informação.
- e) racionalização e responsabilização.

77ª Questão: Assinale a alternativa que **não** é considerada como um fator de exoneração de responsabilidade do fornecedor:

- a) não colocação do produto no mercado.
- b) culpa exclusiva do consumidor.
- c) ignorância sobre o vício ou defeito.
- d) culpa exclusiva de terceiro.
- e) inexistência de defeito.

2.8. DIREITO COMERCIAL

78ª Questão: Analise as proposições abaixo e responda:

- I. O aval posterior ao vencimento não produz os mesmos efeitos do anteriormente dado.
 - II. A transferência do título de crédito implica a de todos os direitos que lhe são inerentes.
 - III. O devedor que paga o título somente pode exigir do credor a sua entrega.
 - IV. O título de crédito incompleto ao tempo de sua emissão deve ser preenchido de conformidade com os ajustes realizados.
- a) Somente as proposições I e III estão incorretas.
 - b) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
 - c) Somente as proposições III e IV estão corretas.
 - d) Somente as proposições I e II estão corretas.
 - e) Todas proposições estão corretas.

79ª Questão: É **INCORRETO** afirmar quanto ao cheque:

- a) não admite aceite.
- b) é pagável a vista.
- c) é pagável no dia da apresentação.
- d) a sua apresentação à câmara de compensação equivale à apresentação para pagamento.
- e) a ação por falta de pagamento prescreve em 6 (seis) meses a contar da sua emissão.

80ª Questão: **Não** constitui causa de dissolução da sociedade comercial personificada:

- a) morte de um sócio.
- b) vencimento do prazo de duração.
- c) extinção da autorização para funcionar.
- d) deliberação dos sócios por maioria absoluta quando for por prazo indeterminado.
- e) consenso unânime dos sócios.

81ª Questão: Nas sociedades anônimas, a quem compete deliberar sobre a emissão de debêntures:

- a) diretoria
- b) assembléia Geral
- c) conselho de Administração
- d) assembléia de debenturistas
- e) acionistas controladores

2.9. DIREITO ADMINISTRATIVO

82ª Questão: Sobre o procedimento licitatório, analise os itens a seguir:

- I. O último ato do procedimento licitatório, pelo qual se atribui ao vencedor o objeto licitado, denomina-se adjudicação.
- II. Quando as propostas consignarem preços incompatíveis com os fixados por órgão oficial, a Administração poderá proceder à adjudicação direta dos bens ou serviços ao licitante que tiver apresentado a proposta de menor preço.
- III. Quando há inviabilidade de competição, a licitação é inexigível.
- IV. A locação de imóvel, para nele funcionar determinado serviço público, será uma modalidade de contratação que pode ser dispensada a licitação nos casos previstos na lei.
- V. Nos termos da lei de licitações, é dispensável a licitação para contratação de serviço técnico de profissional de notória especialização.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, II, III e V estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

83ª Questão: Sobre a Administração pública, é **correto** afirmar:

- I. Desafetação é o processo pelo qual um bem público de uso comum passa a classificar-se como dominical.
- II. A exigência constitucional de provimento por concurso público dos cargos efetivos tem seu fundamento doutrinário básico no princípio da legalidade.
- III. São princípios básicos da Administração Pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.
- IV. As autarquias e as empresas públicas, como integrantes da Administração Federal Indireta, equiparam-se entre si pelo fato de que ambas são pessoas jurídicas de direito público interno.
- V. O Direito Público compõe-se predominantemente de normas imperativas inafastáveis.

- a) Apenas as proposições I, II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as proposições I, III, IV e V estão corretas.
- c) Apenas as proposições III e V estão corretas.
- d) Apenas as proposições I, III e V estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas

84ª Questão: O atos administrativos que contém uma sanção imposta pela administração àqueles que infringem disposições legais, regulamentares ou ordinatórias dos bens e serviços públicos, são chamados de:

- a) atos normativos
- b) atos ordinatórios
- c) atos enunciativos
- d) atos punitivos
- e) nenhuma das alternativas

85ª Questão: A responsabilidade civil da administração pública, disciplinada pela Constituição Federal em seu art. 37, § 6º, passou por diversas etapas até chegar ao seu estágio atual de evolução. A respeito desse tema é **correto** afirmar:

- I. O agente causador do prejuízo responderá regressivamente, de forma subjetiva, perante a Administração Pública.
 - II. Vigora no Brasil, como regra, a teoria do risco administrativo da responsabilidade civil.
 - III. Será objetiva a responsabilidade civil do Estado por acidentes nucleares.
 - IV. Em face dos prejuízos causados a particulares, as empresas privadas prestadoras de serviços públicos submetem-se às mesmas regras de responsabilidade aplicável aos entes públicos.
 - V. Ainda que comprove erro judiciário, o Estado não estará obrigado a indenizar o condenado, haja vista a sentença judicial não possuir natureza de ato administrativo.
- a) Apenas as proposições I, II, III e IV estão corretas.
 - b) Apenas as proposições I, III, IV e V estão corretas.
 - c) Apenas as proposições II e IV estão corretas.
 - d) Apenas as proposições I, II, e IV estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

2.10. DIREITO ELEITORAL

86ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) São inalistáveis os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime contra a Administração Pública, pelo prazo de 3 (três) anos, após o cumprimento da pena.
- b) Compete privativamente ao Ministério Público, como “custos legis”, impugnar os registros de candidaturas, nas hipóteses de inelegibilidade.
- c) A propaganda eleitoral, no rádio e televisão, é assegurada, gratuitamente aos partidos políticos, na forma da lei, sendo, no entanto, paga com relação aos candidatos, durante a campanha eleitoral.
- d) São condições de elegibilidade para os cargos de Prefeito, Deputados Estaduais e Federais e Governador do Estado ser brasileiro nato.
- e) É prescindível para a proposição da ação de impugnação de mandato eletivo ou para a interposição de recurso contra a diplomação, a apresentação de prova pré-constituída.

87ª Questão: Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) As idades mínimas conforme a Constituição Federal, como condição de elegibilidade, para os cargos de: Presidente da República é de 35 anos; Senador e Governador do Estado e Deputado Federal é de 25 anos; Deputado Estadual, Federal e Prefeito é de 21 anos e Vereador é de 18 anos.
- b) O brasileiro naturalizado poderá candidatar-se para o Senado. Se eleito, não poderá presidir aquela casa.
- c) O servidor público, uma vez eleito para o cargo de Prefeito Municipal ficará obrigatoriamente, afastado do cargo, emprego ou função, não sendo vedada a faculdade de optar pela acumulação dos vencimentos do cargo, emprego ou função, com os vencimentos do cargo de Prefeito.
- d) O servidor público uma vez eleito para o cargo de vereador, não havendo incompatibilidade de horários de trabalho, com as sessões camerais, receberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do aludido cargo eletivo.
- e) Só a lei complementar poderá estabelecer outras hipóteses de inelegibilidades, além daquelas já previstas na Constituição Federal.

88ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) Cabe recurso contra diplomação, por abuso do poder econômico, cassando-se de imediato o diploma do candidato eleito, ficando impedido, o diplomado, segundo o Código Eleitoral, de exercer o mandato, até a decisão final do Tribunal Superior.
- b) Existindo prova pré-constituída de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, poderá ser proposta ação de impugnação de mandato eletivo, no prazo de 15 dias, após a diplomação perante o órgão competente da Justiça Eleitoral, que diplomou o candidato.
- c) A representação por abuso de poder de autoridade, conforme a lei das inelegibilidades, segue o rito comum das ações ordinárias, sendo o Ministério Público litisconsorte ativo dos partidos políticos e coligações.
- d) São proibidas, aos agentes públicos, desde que sejam servidores públicos condutas tendentes a afetar a igualdade entre candidatos, nos pleitos eleitorais.
- e) Nas eleições para Deputados Federais e Estaduais, não se admitem coligações partidárias, considerando-se a desfiguração delas, resultantes para os votos de legenda.

2.11. DIREITO TRIBUTÁRIO

89ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

Um prédio de propriedade do Estado de Santa Catarina não pode ser submetido à incidência do IPTU, por força do princípio constitucional da:

- a) imunidade tributária objetiva.
- b) isenção tributária.
- c) imunidade tributária recíproca.
- d) não diferenciação tributária.
- e) isonomia tributária.

90ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

- a) As reclamações e recursos administrativos não suspendem a exigência do crédito tributário.
- b) As reclamações e recursos administrativos suspendem a exigência do crédito tributário se houver depósito integral do montante do débito fiscal.
- c) Juiz não poderá exigir depósito integral do débito fiscal como condição à concessão de liminar em mandado de segurança ou tutela antecipada.
- d) A proposição da ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária, induz em litispendência, com relação a execução fiscal a ser proposta, relativa ao débito objeto da primeira ação.
- e) As reclamações e recursos administrativos, suspendem a exigência do crédito tributário, independente de depósito.

91ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

A vedação absoluta ao poder de tributar certas pessoas, bens ou serviços estabelecida na Constituição Federal caracteriza:

- a) não incidência.
- b) isenção.
- c) equidade.
- d) imunidade.
- e) remissão.

92ª Questão: Assinale a alternativa **correta**.

A União:

- a) não pode conceder isenções de impostos municipais.
- b) pode conceder isenção de impostos municipais, mediante lei complementar e atendendo a relevante interesse social local.
- c) pode conceder isenção de impostos municipais, mediante lei complementar, atendendo a relevante interesse social regional.
- d) pode conceder isenção de impostos municipais, mediante lei ordinária, atendendo relevante interesse nacional.
- e) pode conceder isenção de impostos municipais, mediante lei ordinária e atendendo a interesse social econômico nacional.

2.12. DIREITO AMBIENTAL

93ª Questão: Segundo a Lei n.º 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, é **correto** afirmar:

- I. Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nessa Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminoso de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.
 - II. Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
 - III. Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no artigo 76 da Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade.
 - IV. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei n.º 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto n.º 20.923, de 08 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.
 - V. Para o cumprimento do disposto nesta Lei, os órgãos ambientais integrantes do SISNAMA, responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização dos estabelecimentos e das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental, ficam autorizados a celebrar, com força de título executivo judicial, termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores.
- a) Apenas as proposições I, II, IV e V estão corretas.
 - b) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
 - c) Apenas as proposições I, II, III e IV estão corretas.
 - d) Apenas as proposições II, III e V estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

94ª Questão: Sobre a Lei n.º 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, é **correto** afirmar:

- I. Esta lei, com fundamento nos incisos VI e VII do artigo 23 e no artigo 225 da Constituição Federal, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.
 - II. Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público ou Privadas, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA.
 - III. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.
 - IV. Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores, entre outras, à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público.
 - V. O conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão consultivo e deliberativo, tem a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
- a) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.
 - b) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
 - c) Somente a proposição V está correta.
 - d) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas.

95ª Questão: Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **correta**:

- I. As reservas florestais podem ser constituídas por qualquer das entidades estatais, em suas próprias terras ou nas particulares, mediante desapropriação, com a respectiva indenização; a fiscalização florestal compete precipuamente à União.
 - II. A constituição de 1988 contemplou o meio ambiente em capítulo próprio, considerando-o como bem de uso especial do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de preservá-lo e defendê-lo, para as gerações presentes e futuras.
 - III. O estudo do impacto ambiental passou a ser uma exigência constitucional para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ao meio ambiente.
 - IV. São disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
 - V. Ao Ministério do Meio Ambiente incumbe o planejamento e a supervisão da Política Nacional do Meio Ambiente, enquanto ao IBAMA – autarquia federal de regime especial – cabe a execução dessa política em todas as suas etapas, desde a preservação dos recursos naturais até sua fiscalização e controle.
- a) Somente as proposições I, II, III e IV estão corretas.
 - b) Somente as proposições II, III, IV e V estão corretas.
 - c) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
 - d) Somente as proposições I, III, IV e V estão corretas.
 - e) Todas as proposições estão corretas

2.13. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

96ª Questão: De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Ao adolescente com 14 (quatorze) anos incompletos de idade é assegurada a bolsa de aprendizagem e direitos previdenciários.
- b) O ato infracional pode ser praticado tanto por criança como por adolescente.
- c) O ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa sujeita o infrator-adolescente a medida de internação.
- d) A autoridade competente para processar e julgar ato infracional é o Juiz da Infância e da Juventude ou o juiz que exerce essa função, na formada lei de organização judiciária local, do lugar onde ocorreu a ação ou omissão.
- e) O ato infracional é a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

97ª Questão: À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre as alternativas que se seguem, assinale a alternativa **correta**.

- a) Os princípios da excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, dizem respeito às medidas sócio-educativas do regime de semi-liberdade e da internação.
- b) A intimação do adolescente e de seu respectivo defensor da sentença proferida nos autos de procedimento instaurado para apuração de prática de ato infracional é imprescindível somente quando for aplicada a medida de internação.
- c) Tanto as crianças, como os adolescentes, estão sujeitos à aplicação das medidas de proteção e a imposição das medidas sócio-educativas.
- d) A aplicação das medidas de proteção ou imposição das medidas sócio-educativas pressupõem a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração.
- e) A medida sócio-educativa de Liberdade Assistida, em caráter provisório e portanto antes da sentença, poderá ser aplicada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

98ª Questão: Assinale, na conformidade do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre as colocações elencadas abaixo, aquela que esteja **INCORRETA**.

- a) Tocante ao capítulo Do Direito À Profissionalização e À Proteção no Trabalho é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade.
- b) Os crimes perpetrados contra criança e/ou adolescente, por ação ou omissão, são de ação pública incondicionada.
- c) A colocação de criança ou adolescente em família substituta mediante guarda, tutela ou adoção depende sempre da concordância expressa dos pais ou responsável legal.
- d) Por si só, a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- e) Respeitante ao capítulo da Prevenção Especial outorgada à criança e ao adolescente, é correto afirmar que estes não necessitarão de autorização judicial para viajar ao exterior do País se estiverem acompanhados de ambos os pais ou responsável.

2.14. CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

99ª Questão: Assinale, dentre as alternativas abaixo, a **correta**. Os órgãos incumbidos da disciplina judiciária, no uso de suas atribuições, poderão em caso de transgressão, aplicar aos juízes vitalícios, as penas disciplinares, com efeito suspensivo, na seguinte ordem:

- a) advertência ou censura ou remoção compulsória.
- b) advertência ou censura.
- c) advertência ou remoção compulsória.
- d) disponibilidade ou aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço ou ainda demissão.
- e) nenhuma das alternativas está correta.

100ª Questão: À luz do Código de Divisão e Organização Judiciárias de Santa Catarina:

- I. As correições ordinárias periódicas são de incumbência dos juízes, por evidente, nas respectivas comarcas ou varas.
 - II. O juiz substituto não vitalício terá função itinerante, com exercício em qualquer comarca ou vara do Estado, mediante designação do Presidente do Tribunal, *ad referendum* do Tribunal Pleno, tendo competência plena para praticar todos os atos reservados por lei ao juiz vitalício.
 - III. O juiz substituto vitalício ou não, quando não estiver em exercício de substituição, deverá automaticamente prestar cooperação aos juízes de direito das varas ou comarcas integrantes da circunscrição judiciária respectiva, uma vez constatada a necessidade, atuando com competência plena.
 - IV. As correições ordinárias periódicas haverão de ser realizadas anualmente, compreendendo distritos ou subdistritos judiciários, iniciando-se pelo da sede e competem ao Diretor do Foro nas comarcas constituídas de mais de uma vara.
 - V. Somente quando houver delegação é que o Corregedor Geral da Justiça ou os juízes poderão ter a atribuição de ordenar o afastamento preventivo do juiz de paz, advogado de ofício, auxiliar ou funcionário da Justiça, até 30 dias, durante a apuração dos fatos.
- a) Somente as proposições II e III estão incorretas.
 - b) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
 - c) Somente as proposições I e V estão incorretas.
 - d) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
 - e) Somente as proposições II e V estão incorretas.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA – SALA DAS COMISSÕES**

EDITAL Nº 43/04

O Desembargador Anselmo Cerello, Presidente da Comissão Examinadora do Concurso para Ingresso na Magistratura Catarinense, torna público, em obediência do determinado pelo art. 27, § 2º, da Resolução nº 002/2004 - TJ, o Gabarito Definitivo da Prova Seletiva.

GABARITO DEFINITIVO

1. D	2. C	3. E	4. B	5. E	6. *	7. E	8. C	9. B	10. C
11. D	12. B	13. *	14. A	15. E	16. B	17. *	18. B	19. C	20. A
21. C	22. A	23. A	24. C	25. B	26. E	27. A	28. B	29. C	30. C
31. A	32. *	33. C	34. A	35. E	36. C	37. B	38. D	39. A	40. *
41. A	42. E	43. E	44. C	45. A	46. B	47. A	48. D	49. C	50. *
51. D	52. B	53. B	54. *	55. C	56. A	57. *	58. C	59. *	60. B
61. C	62. A	63. D	64. B	65. A	66. E	67. E	68. C	69. D	70. E
71. A	72. E	73. C	74. E	75. B	76. A	77. C	78. A	79. E	80. A
81. B	82. C	83. D	84. D	85. A	86. A	87. *	88. B	89. C	90. E
91. D	92. A	93. C	94. B	95. C	96. A	97. *	98. C	99. E	100. A

*** Questões 6, 13, 17, 32, 40, 50, 54, 57, 59, 87 e 97 – Anuladas**

Florianópolis, 08 de outubro de 2004.

Desembargador Anselmo Cerello
Presidente da Comissão